



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004545-79.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio**
 Requerente: **HELENA APARECIDA MANCINI ROCITTO**
 Requerido: **Unilance Administradora de Consórcios S/C Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter aderido a grupo de consórcio formado pela ré, deixando-o porque não foi contemplada no prazo de sessenta dias, consoante lhe garantira o vendedor do produto.

Alegou ainda que terminado o grupo recebeu da ré quantia em dinheiro em patamar inferior ao efetivamente devido, razão pela qual almeja à sua condenação ao pagamento do valor correto.

A discussão em torno de possível vício de consentimento da autora ao aderir ao consórcio perdeu razão de ser porque ela aguardou o término do grupo para somente então receber de volta o que havia pago.

No que concerne a esse valor, a ré esclareceu a fl. 26 como foi feita sua apuração.

Nesse sentido, é incontroverso que ela tomou em conta o que foi pago pela autora em abril de 2009 sem qualquer correção monetária e deduziu dele o correspondente à taxa de administração (15%) e multas do grupo e da administradora (20%), perfazendo 35% do que recebeu de início.

Tomo tais deduções como abusivas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isso porque a taxa de administração foi estipulada em patamar excessivo e sem qualquer razão que o justificasse, impondo-se sua redução para 10%, mais consentâneo com a contratação levada a cabo.

Já as multas de igual modo não podem prevalecer, seja porque nenhum dado concreto indica algum prejuízo a dar-lhes guarida, seja porque a desistência da autora teve vez logo no início do consórcio, tanto que ela realizou somente um único pagamento, o que reforça a ideia de que isso não causou danos à ré.

Como se não bastasse, o percentual delas alcança quase a metade do que foi despendido pela autora, o que é inconcebível.

Nem se diga que haveria previsão contratual a lastrear a restituição feita pela ré, porquanto se reconhece incidente à hipótese a regra do art. 39, inc. V, do CDC.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

O que foi pago pela autora deverá ser corrigido monetariamente desde o seu desembolso, porquanto a corrigenda nada acresce ao valor da moeda e se limita a manter o seu padrão de compra.

A taxa de administração correspondente a 10% se abaterá de tal valor.

Bem por isso a extensão do pleito exordial equivale ao que a autora faz efetivamente jus, considerando a incidência da correção monetária feita sobre o que foi pago por ela e a dedução na extensão aqui preconizada na esteira da planilha de fl. 21.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.449,92, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 08 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**